

Bancos, assustados, aceitam taxas mais baixas

Roberto Garcia
Correspondente

Washington — Assustados com a suspensão dos pagamentos do Brasil, temendo a formação de um cartel de devedores e sob pressão dos respectivos governos para concluir rapidamente as negociações pendentes de reescalonamento da dívida, os grandes bancos credores do Terceiro Mundo estão aceitando termos muito mais generosos do que admitiam até alguns dias atrás. Nas últimas duas semanas, os acordos fechados pelos credores com países latino-americanos prevêem taxas mais baixas de juros, prazos mais longos para pagamento e novos empréstimos para cobrir perdas de reservas e superávits comerciais menores.

Uma taxa de risco por volta de 1% acima da Libor (taxa para operações de empréstimos entre bancos em Londres) passou a ser o padrão para os acordos de refinanciamento. No início do ano passado, o Brasil só havia conseguido 1,125% acima da Libor. Mas a taxa que incide para a maior parte da dívida brasileira com bancos comerciais ainda é, em média, superior a 2%. Isso quer dizer que, se nas negociações que vai iniciar com seus credores brevemente o Brasil conseguir pelo menos os mesmos termos que seus vizinhos latino-americanos, a taxa média de risco que pagará aos bancos ficará reduzida à metade. Aparentemente, contudo, o ministro Dilson Funaro vem deixando claro que deseja conseguir juros ainda melhores.

Os dois acordos fechados até agora foram os do Chile e da Venezuela. No caso do chileno, os bancos concordaram em reescalonar cerca de 10,6 bilhões de dólares (de um total de 14,8 bilhões devidos a eles) com uma taxa de 1% acima do que o dinheiro custa aos bancos ou acima da Libor. Os 1,6 bilhão de dólares emprestados pelos bancos entre 1983 e 1985 serão reescalonados com uma taxa de risco 1 1/8 acima da Libor. A dívida chilena será reescalonada por 15,5 anos.

Por sua vez, a Venezuela conseguiu reescalonamento de 20,34 bilhões de dólares de sua dívida de 30 bilhões de dólares aos bancos particulares estrangeiros por 14 anos, a uma taxa de risco ainda melhor: 7/8 acima da Libor. Os banqueiros explicam que concordaram em dar esses termos melhores porque a Venezuela continua pagando não somente juros mas também parte do principal de sua dívida e, além disso, não exigiu novos empréstimos. Antes, a Venezuela estava pagando 1 e 1/8 acima da Libor.

Até agora o México é o país latino-americano que conseguiu melhores taxas de juros: apenas 13/16 acima da Libor. Os bancos justificam esses termos favoráveis mencionando a queda nos preços internacionais do petróleo, que é o principal produto de exportação do México, bem como o terremoto sofrido por aquele país em setembro de 1985. Para o governo americano, a recuperação econômica do México é importante porque, sempre que esse país entra em recessão, aumenta extraordinariamente o número de migrantes mexicanos que atravessam as longas fronteiras entre os dois países para competir ilegalmente no mercado de trabalho dos Estados Unidos.

Nos últimos dias, a Argentina já conseguiu compromisso preliminar dos bancos para reescalonar sua dívida de 34,5 bilhões de dólares e conceder cerca de 1,5 bilhão de dólares em

novos empréstimos. O governo Alfonsín espera, além disso, 300 milhões de dólares de novos empréstimos do Japão. A taxa de risco ainda não foi decidida.

As Filipinas têm uma dívida externa de 26,7 bilhões de dólares dos quais 15 bilhões de dólares para bancos particulares estrangeiros. Esses bancos já anunciaram sua disposição de reescalonar 8,6 bilhões de dólares vencidos de outubro de 1983 até o fim de 1992 por 15 anos, a uma taxa de risco de 1 e 1/8% acima da Libor. Mas o ministro das Finanças do país, Jaime Ongpin, recusou-se a assinar um acordo e vem exigindo uma taxa de risco igual à do México, de apenas 13/16 avos acima da Libor. As negociações continuam.

No caso do Equador, que tem uma dívida de 8,7 bilhões de dólares aos bancos estrangeiros e que suspendeu os pagamentos de juros em janeiro, há otimismo quanto a um acordo nas próximas duas semanas.

Japão disposto a inovar

Enquanto a maior parte dos governos dos países industrializados vem-se recusando a entrar diretamente na negociação da dívida do Terceiro Mundo, o Japão parece disposto a dar o primeiro passo para encontrar uma solução política para a dívida. Nos últimos dias, os japoneses vêm informando que o governo Nakasone deverá anunciar brevemente a formação de uma companhia governamental que absorverá a dívida dos bancos japoneses ao Terceiro Mundo.

Segundo essas notícias, os 26 bancos japoneses que têm em conjunto 62 bilhões de dólares em empréstimos aos países em desenvolvimento formarão uma nova empresa que assumirá toda essa dívida e ficará encarregada de recebê-la.

Segundo algumas versões, o Ministério das Finanças do Japão forneceria o capital para que a nova empresa comprasse os empréstimos dos bancos, com desconto substancial. Outras versões indicam que os próprios bancos forneceriam capital para a empresa "comprar" esses empréstimos.

Na medida em que concentrar toda a dívida dos países do Terceiro Mundo aos bancos japoneses, essa empresa poderia negociar os melhores termos com cada nação devedora. Como "compraria" a dívida com desconto, esse abatimento poderia ser transferido para os países devedores. Suas perdas seriam descontadas do Imposto de Renda ou seriam parcialmente custeadas pelo governo japonês.

Nos Estados Unidos, o deputado Bruce Morrison (democrata de Connecticut) apresentou um projeto ontem na Câmara de Deputados que autorizaria o executivo americano a negociar com outros países industrializados a fim de criar um novo organismo financeiro internacional para absorver a dívida do Terceiro Mundo aos bancos dessas nações, com um desconto igualmente substancial. Segundo o projeto de Morrison, esse desconto seria passado às nações devedoras na forma de redução da dívida. Em troca, os devedores teriam que concordar com reformas econômicas a fim de aumentar as possibilidades de comercialização dos empréstimos originais, por meio dos mercados mundiais de capital.

Segundo o deputado americano, seu projeto permitiria uma redução da dívida dos países do Terceiro Mundo sem que isso crie uma crise no sistema financeiro internacional.